

Egoístas nas tendas, polícias de vendas, rentistas nas vivendas e fascistas com agendas

Hugo Filipe Lopes aka Cöbramor · 16.10.2026

SOCIEDADE · POLÍTICA

Continuamos a falar da violência policial como se não fosse normativa em vez de excepcional. Até hoje, nada de novo.

Continuamos a falar da violência policial como se não fosse normativa em vez de excepcional, com a particularidade de os alvos serem frequentemente os invisíveis.

Os episódios sucedem-se e são invariavelmente com pessoas em situação de fragilidade perante um poder cuja natureza tem sido a do abuso, uma vez que manter a ordem perante um mundo desordenado apenas poderia resultar em violência, sobretudo quando essa parece ser cada vez mais a única ferramenta disponível para as forças policiais.

Odair Moniz, Cláudia Santos, o episódio da esquadra do Rato, a morte de um cidadão marroquino em Olhão, os episódios frequentes na esquadra de Alfragide: estes são os que estão frescos na nossa memória e aqueles que tiveram atenção mediática. A excelente investigação do Fumaça sobre violência policial oferece uma perspectiva mais profunda, preocupante e que não é episódica, mas classista, com expressões racistas e xenófobas.

Os espancamentos dos manifestantes pelo direito à habitação na Praça D. João I às 3h da manhã foram justificados pela PSP, neste como na maioria dos casos, como resposta à provocação de um pequeno grupo. Não sabemos qual a provocação, mas sabemos, porque é habitual, que qualquer exigência de um direito é considerada provocação no momento presente. É assim em Paris, em Madrid e no Porto.

Nem a estratégia nem o resultado são novos.

Na era cavaquista - e Montenegro tem vindo a reproduzi-la, traduzindo a austeridade em autoritarismo - era frequente as manifestações terminarem maioritariamente em cargas policiais, sob o mesmo pretexto, o da provocação, da desordem e dos desacatos, invariavelmente com uma gritante desproporcionalidade de resposta perante pessoas desarmadas.

A atitude totalitária, misto de laxismo e cesarismo de Pedro Duarte - análoga à de Montenegro e Moedas - ao declarar que seria implacável com os manifestantes e a consequente brutalidade da polícia devem, no mínimo, levantar suspeitas sobre a idoneidade da conduta de ambos os intervenientes e sobre a violação da separação dos poderes judicial e executivo.

Dois dos pressupostos teóricos essenciais para a manutenção da democracia, cada vez mais representação do que representativa, têm vindo a ser sistematicamente corrompidos e a situação do Porto ilustra-o na perfeição.

A atitude totalitária, misto de laxismo e cesarismo de Pedro Duarte – análoga à de Montenegro e Moedas - ao declarar que seria implacável com os manifestantes e a consequente brutalidade da polícia devem, no mínimo, levantar suspeitas sobre a idoneidade da conduta de ambos os intervenientes e sobre a violação da separação dos poderes judicial e executivo.

O outro pressuposto é simplesmente o da igualdade.

Onde está a carga policial, a crítica política ou a aplicação musculada da lei quando a extrema-direita incorre em ilegalidades como a invasão de rádios, manifestações do grupúsculo 1143 ou simulações de assaltos?

Essa duplicidade de critérios assenta na polícia como ferramenta para reprimir protestos resultantes do colapso económico. Thatcher fê-lo frequentemente para impedir as greves dos mineiros, precisamente no momento em que o neoliberalismo começava a apoderar-se dos mecanismos democráticos, acelerando a sua necrose.

Essa cooptação das instituições via, primeiro promiscuidade económica, e depois asfixia, começa agora a ter inegáveis efeitos no nosso quotidiano individual, não apenas de forma puramente económica, mas na forma como isso impacta as relações de poder.

Tudo isto acontece num cenário rentista, extractivo, onde as gerações mais novas vivem pior do que os seus pais, apesar do alardear constante da boa saúde da economia, sem qualquer tradução nas nossas vidas, as dos seus deserdados.

Não há maior evidência desse desequilíbrio do que na atitude institucional face à ocupação dos espaços públicos por manifestantes a exigir apenas o cumprimento das promessas, não de Abril, mas da democracia liberal, voluntariando-se para reunir os fragmentos desse sonho, reprimindo-os política e policialmente.

Simultaneamente, essas mesmas forças colocam-se voluntariamente na dependência das elites económicas que ocupam ilegal e permanentemente os espaços públicos de acesso às praias em locais como a Comporta e a Arrábida ou na destruição total de Covas do Barroso.

Tudo isto acontece num cenário rentista, extractivo, onde as gerações mais novas vivem pior do que os seus pais, apesar do alardear constante da boa saúde da economia, sem qualquer tradução nas nossas vidas, as dos seus deserdados.

A revolta é a prova de que estamos vivos por estarmos fartos de apenas sobreviver.

